

A photograph of the Federal Senate building in Brasília, showing its iconic red cylindrical dome and the surrounding architecture at dusk or night, with a warm glow from the building's lights.

Simulado Final

SENADO FEDERAL

Analista Legislativo
Processo Legislativo
Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado Especial Senado Federal – Analista Legislativo – Processo Legislativo – Pós edital

Nome:

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do Senado Federal;
- 2 – A prova contém **70 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Senado-Federal-Analista-29-10>

01 – A B C D E	26 – A B C D E	51 – A B C D E
02 – A B C D E	27 – A B C D E	52 – A B C D E
03 – A B C D E	28 – A B C D E	53 – A B C D E
04 – A B C D E	29 – A B C D E	54 – A B C D E
05 – A B C D E	30 – A B C D E	55 – A B C D E
06 – A B C D E	31 – A B C D E	56 – A B C D E
07 – A B C D E	32 – A B C D E	57 – A B C D E
08 – A B C D E	33 – A B C D E	58 – A B C D E
09 – A B C D E	34 – A B C D E	59 – A B C D E
10 – A B C D E	35 – A B C D E	60 – A B C D E
11 – A B C D E	36 – A B C D E	61 – A B C D E
12 – A B C D E	37 – A B C D E	62 – A B C D E
13 – A B C D E	38 – A B C D E	63 – A B C D E
14 – A B C D E	39 – A B C D E	64 – A B C D E
15 – A B C D E	40 – A B C D E	65 – A B C D E
16 – A B C D E	41 – A B C D E	66 – A B C D E
17 – A B C D E	42 – A B C D E	67 – A B C D E
18 – A B C D E	43 – A B C D E	68 – A B C D E
19 – A B C D E	44 – A B C D E	69 – A B C D E
20 – A B C D E	45 – A B C D E	70 – A B C D E
21 – A B C D E	46 – A B C D E	
22 – A B C D E	47 – A B C D E	
23 – A B C D E	48 – A B C D E	
24 – A B C D E	49 – A B C D E	
25 – A B C D E	50 – A B C D E	

PORTRUGUÊS

Adriana Figueiredo

TEXTO PARA AS QUESTÕES 1, 2, 3 E 4

É necessário formatar o sistema de segurança no Brasil, um sistema que estabeleça responsabilidades aos governantes, ao Judiciário, ao Ministério Público, ao órgão penitenciário e às polícias, criando ligações técnicas e operacionais e determinando objetivos sociais de prevenção, tratamento e recuperação. Entende-se que o sistema de segurança tem que ser sistêmico, rápido, um processo que envolva não só atividades repressivas ou de contenção: precisa ter um início, que é a prevenção, e um final, que é recuperar e tratar os autores do delito, pois, caso contrário, eles voltarão ao crime, e o objetivo é não dar essa oportunidade de reincidência ou aliciamento pelo crime. Nesse sistema não apenas a polícia é a responsável, o Judiciário, o Ministério Público e a sociedade em geral têm que participar do debate.

(Jorge Luiz Paz Bengoechea, Luiz Brenner Guimarães, Martin Luiz Gomes, Sérgio Roberto de Abreu. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000100015>. Adaptado.)

01. A afirmação abaixo que pode ser inferida após a leitura do texto é:

- a) A força policial atua de forma conjugada com os Poderes Executivo e Judiciário.
- b) A prevenção é o papel mais importante da polícia.
- c) O sistema de segurança deve atuar na prevenção e na repressão do delito, cabendo a outros órgãos a recuperação do autor do delito.
- d) O objetivo inicial do sistema de segurança deve ser a prevenção.
- e) O sistema de segurança brasileiro, atualmente, fundamenta-se em três pilares: prevenção, tratamento e recuperação.

02. A forma verbal "estabeleça", no primeiro período do texto, indica:

- a) um desejo imediato, expresso pelo modo indicativo.
- b) uma projeção para o futuro, expressando propósito, pretensão, intento.
- c) uma hipótese, expressa pelo modo subjuntivo.
- d) um processo que ocorre atualmente.
- e) uma ordem, característica própria do modo imperativo.

03. No texto, os dois-pontos foram usados no segundo período:

- a) para introduzir o discurso direto
- b) para introduzir uma citação.
- c) para iniciar uma enumeração
- d) para inserir um exemplo.
- e) para introduzir um esclarecimento.

04. Em "... tem que ser sistêmico, rápido, um processo que envolva [...]", o vocábulo destacado pode ser corretamente classificado como:

- a) pronome relativo
- b) conjunção integrante
- c) preposição
- d) conjunção subordinativa
- e) pronome interrogativo

05. O correto emprego do gerúndio mostra que ele deve ser usado na indicação de ações cronologicamente simultâneas com as ações da oração anterior. A frase abaixo que mostra correto emprego do gerúndio é:

- a) Fez o pedido, recebendo a encomenda no final do dia.
- b) Ana entrou no banco, sentando-se em frente aos caixas.
- c) Caiu na saída do espetáculo, machucando os dois joelhos.
- d) Lançou-se aos seus pés, pedindo outra chance.
- e) Conversavam entre amigos, bebendo o clássico vinho.

06. Um dos problemas muito comuns na estruturação de um texto é a presença de ambiguidade sintática, ou seja, a possibilidade de mais de um entendimento para uma só frase. A frase abaixo que está livre de qualquer ambiguidade é:

- a) Os diretores falaram com os funcionários que aguardavam o próximo lançamento.
- b) A garota viu o vizinho correndo.
- c) Entraram no site e compraram um computador rápido.
- d) Andréia pediu a Fabiano que pegasse sua mochila na sala.
- e) Todos chegaram no horário que estava marcado.

07. Um estudo da Universidade Oxford com base em dados de seis países desenvolvidos indica que a exigência de passaporte de vacina da Covid-19 para frequentar locais públicos aumentou o ritmo das campanhas de imunização. Esse efeito foi observado em quatro de seis países analisados: França, Itália, Suíça e Israel. Os cientistas explicam que, apesar de as políticas de passaporte de vacina desses países terem sido desenhadas para evitar situações de superdisseminação do vírus, a medida serviu também como um forte incentivo para reduzir os casos de hesitação vacinal, no qual moradores dos países se recusam ou demoram a buscar o imunizante. (O Globo)

A exigência de passaporte de vacina

- a) foi uma política implementada por países desenvolvidos
- b) foi uma medida tomada para aceleração da vacinação
- c) não atendeu aos seus propósitos iniciais
- d) foi proposta por cientistas de seis países
- e) foi uma medida adotada com o objetivo de controle pandêmico

08. “Eles parecem dois pombinhos”. Nessa frase, o vocábulo “pombinhos”, formado com o sufixo -inho, perdeu o valor de diminutivo, passando a significar “casal feliz, apaixonado”. Indique a opção em que todas as palavras receberam um novo significado na forma diminutiva:

- a) folhinha, santinho, casebre
- b) terrinha, povinho, santinho
- c) pegadinha, livreco, patricinha
- d) santinho, coxinha, vaquinha
- e) coxinha, casinha, folhinha

09. Em muitas frases estabelecemos comparações entre elementos do texto, tanto de forma objetiva como de forma figurada. Assinale a frase abaixo que não exemplifica qualquer tipo de comparação.

- a) “A gentileza, bem como o amor, transforma uma vida”.
- b) “Paz é manter-se calmo apesar do caos”.
- c) “O amor consiste em doação permanente, como uma fonte de águas na nascente”.
- d) “A saudade é um cais onde se finca o pé vendo o mar”.
- e) “Ter paz é melhor do que ter razão”.

10. Uma narrativa mostra uma sequência de ações ou acontecimentos; a frase abaixo que mostra uma ação é:

- a) O ministro desejava o início de um novo mandato.
- b) Na cerimônia de encerramento, todos estavam presentes.
- c) Os responsáveis pela obra muito se preocupavam com o atraso.
- d) Pela instabilidade econômica, o mundo anda ansioso.
- e) Devido ao risco, a porta foi aberta pelos bombeiros.

11. A poesia romântica foi marcada por três gerações, cada uma sendo marcada por uma temática e um propósito. A 3ª geração, também conhecida como geração Condoreira, produzia uma literatura libertária, que denunciava o sistema escravocrata ainda vigente no Brasil. Dentre os autores dessa geração, destaca-se:

- a) Álvares de Azevedo
- b) Casimiro de Abreu
- c) Castro Alves
- d) Gonçalves Dias
- e) Fagundes Varela

TEXTO PARA A QUESTÃO 12

Se o bem desta choupana pode tanto,
Que chega a ter mais preço, e mais valia,
Que da cidade o lisonjeiro encanto;
Aqui descanse a louca fantasia;
E o que té agora se tornava em pranto,
Se converta em afetos de alegria.

(Cláudio Manuel da Costa)

12. Por defender o sonho de uma vida mais simples e natural, distante dos centros urbanos, esse poema pode ser identificado como pertencente:

- a) ao Modernismo
- b) ao Barroco
- c) ao Romantismo
- d) ao Arcadismo
- e) Ao Parnasianismo

13. No que diz respeito à identificação do expediente, o Manual de Redação da Presidência da República orienta que os documentos oficiais devem ser identificados com o nome do documento, a indicação de numeração e as informações do documento, que estão corretamente exemplificados em:

- a) OFÍCIO Nº 652/2022/SAA/SE/MT
- b) Ofício nº 652/Jan/2022/SAA/SE/MT
- c) OF. Nº 652/2022/SAA/SE/MT
- d) OFÍCIO nº 652/Jan/22/SAA/SE/MT
- e) Ofício Nº 652/2022/SAA-SE-MT

14. Dentre as alternativas, assinale aquela em que a palavra não deve ser grafada com hífen

- a) vice-presidente
- b) diretor-presidente
- c) segundo-secretário
- d) capitão-tenente
- e) general-de-exército

15. O Secretário Estadual de Saúde, ao encaminhar uma correspondência a um Ministro de Estado, empregará a essa autoridade, respectivamente, o seguinte vocativo, tratamento no corpo do texto e endereçamento:

- a) Senhor Ministro / Sua Excelência / A Sua Excelência o Senhor
- b) Sua Excelência / Vossa Excelência / A Sua Excelência o Senhor
- c) Senhor Ministro / Vossa Excelência / A Sua Excelência o Senhor
- d) Senhor Ministro / Vossa Excelência / Ao Senhor
- e) Excelentíssimo Senhor Ministro / Vossa Excelência / Ao Senhor

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Carlos Henrique

16. Seis moças, dentre as quais está Eva, estão aguardando em uma fila para serem atendidas pelo caixa de uma loja.

Nesta fila, Carla está à frente de Dani, que se encontra imediatamente atrás de Bia. Fátima não é o primeiro da fila, mas está mais próximo do primeiro lugar do que do último. Sabendo que Ana será atendida antes do que Carla e que Carla não é a quarta da fila, pode-se concluir que a pessoa que ocupa a quarta posição da fila

- a) certamente é Bia.
- b) certamente é Dani.
- c) certamente é Eva.
- d) pode ser Bia ou Dani.
- e) pode ser Bia ou Eva.

17. Analise as premissas a seguir.

- Se o bolo é de chocolate, então o refresco é de abacaxi.
- Se o refresco não é de abacaxi, então o sanduíche é de mortadela.
- O sanduíche não é de mortadela.

Logo, é correto concluir que

- a) o bolo é de chocolate.
- b) o refresco é de abacaxi.
- c) o bolo não é de chocolate
- d) o refresco não é de abacaxi.
- e) o bolo é de chocolate e o refresco é de abacaxi.

18. Considere como verdadeira a seguinte sentença: “Se todas as flores são azuis, então o jardim tem a cor do céu”.

É correto concluir que:

- a) se todas as flores não são azuis, então o jardim não tem a cor do céu;
- b) se uma flor é amarela, então o jardim não tem a cor do céu;
- c) se o jardim tem a cor do céu, então todas as flores são azuis;
- d) se o jardim não tem a cor do céu, então todas as flores não são azuis;
- e) se o jardim não tem a cor do céu, então pelo menos uma flor não é azul.

19. Para realizar uma pesquisa, o Senado Federal reúne um grupo de servidores para fazer um conjunto de visitas domiciliares. Para isso, foi selecionada, de um grupo de 10 servidores, uma equipe composta por um supervisor, um coordenador e quatro pesquisadores. Se todos os servidores do grupo forem igualmente hábeis para o desempenho de qualquer uma dessas funções, de quantas maneiras distintas a equipe poderá ser formada?

- a) 12.600
- b) 6.300
- c) 1.050
- d) 210
- e) 120

20. Suponha que 4 livros de Direito Constitucional e 6 livros de Direito Administrativo devam ser acomodados em uma estante, de modo que um fique ao lado do outro. Se dois livros forem escolhidos aleatoriamente entre os 10, então a probabilidade de pelo menos um deles ser de Direito Constitucional é igual a:

- a) 1/3
- b) 2/3
- c) $\frac{3}{4}$
- d) 1/5
- e) 4/5

21. A sequência 2, 2, 1, 5, 5, 5, 5, 2, 2, 1, 5, 5, 5, 5, 5, 2, ... mantém o padrão apresentado indefinidamente. A soma dos 1954 primeiros termos dessa sequência é:

- a) 7324
- b) 7328
- c) 7330
- d) 7332
- e) 7344

INGLÊS

Andrea Belo

Markets reacted positively to the British government's decision to scrap most of its unfunded tax cuts. The yield on 30-year gilts fell back to around 4.2%, still higher than it was just before the mini-budget spooked investors in late September. The pound traded around \$1.12, not far off its lows in recent days. Jeremy Hunt, the new chancellor, is reportedly mulling windfall taxes on banks and energy companies to help plug a fiscal gap still worth tens of billions of pounds. Big cuts to public spending are also in the offing.

The Bank of England said it would start selling the bonds it has accumulated through its quantitative-easing programmes on November 1st, but only short- and medium-

dated gilts and not bonds with a maturity of more than 20 years, which saw the sharpest sell-off in the recent turmoil.

The Economist – 20 de setembro 2022.

22. The main aim of Text I is to present

- a) an idea of reaction.
- b) a useful reaction.
- c) a hard reaction.
- d) an incredible reaction.
- e) a good reaction.

23. When the text informs "*British government's decision to scrap most of its unfunded tax cuts*", one may infer that

- a) something to be done.
- b) something to be eliminated.
- c) things out of control.
- d) politics argument.
- e) something hard to do.

24. The extract that shows the word "spooked" means

- a) to discover.
- b) to believe.
- c) to control.
- d) to argue.
- e) to scare.

25. The sentence "... it would start selling the bonds it has accumulated through its quantitative-easing programmes on November" suggests that

- a) machines and flexibility.
- b) mistakes and accumulation.
- c) increase and decrease.
- d) decrease and flexibility.
- e) accumulation and flexibility.

26. Based on the information in the last paragraph, the text shows that

- a) turbulent sales.
- b) sales accumulation.
- c) increasing of the most sales.
- d) decreasing of sales.
- e) sales during a turbulence.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

27. O Projeto de Lei nº YY foi aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional e enviado ao Presidente da República. Feita a análise pelos Ministérios que atuavam nas respectivas temáticas, o Chefe do Poder Executivo concordou com uma parte do Projeto e entendeu que a outra contrariaava o interesse público, motivo pelo qual apôs veto. Nesse caso, a respeito da parte incontroversa do projeto, o Presidente da República deve

- a) aguardar a manifestação do Poder Legislativo a respeito da manutenção, ou não, do veto, para que a lei seja promulgada em ato único.
- b) promulgar a parte incontroversa do projeto, que não foi sancionada, antes mesmo da manifestação ou da rejeição do veto pelo Poder Legislativo.
- c) aguardar finalização do processo legislativo, com a manifestação do Poder Legislativo a respeito do veto, e promulgar, juntas, a parte incontroversa do projeto e a que teve o veto derrubado.
- d) promulgar a parte incontroversa do projeto, que foi sancionada, sendo que a rejeição do veto, pelo Poder Legislativo, dará origem a uma nova lei.
- e) aguardar a manifestação do Poder Legislativo a respeito da rejeição, ou não, do veto, de modo que promulgação da lei seja feira pelo Presidente do Congresso Nacional.

28. Ana e Maria são casadas com Prefeitos de dois municípios do Estado Alfa. Ana não possui mandato eletivo e seu esposo já está no segundo mandato consecutivo. Ana pretende concorrer a vereadora no município em que seu cônjuge é o Chefe do Executivo. Maria se divorciou de José no terceiro de seu mandato como Prefeito. Nas próximas eleições, Maria pretende concorrer a Prefeita do mesmo município em que José exerce seu mandato. Com base na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) Ana e Maria não estão inelegíveis para concorrer aos referidos cargos eletivos.
- b) Apenas Maria está inelegível para concorrer ao referido cargo eletivo.
- c) Apenas Ana está inelegível para concorrer ao referido cargo eletivo.
- d) Ana e Maria estão inelegíveis para concorrer aos referidos cargos eletivos.
- e) A inelegibilidade de Ana, para concorrer ao referido cargo, só seria afastada se o casamento tivesse terminado no primeiro ano do mandato.

29. Alguns partidos políticos com representantes na Câmara dos Deputados fizeram um acordo para tornar viável a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) visando apurar declaração de Ministro da Educação que admitiu que o Poder Executivo priorizava o repasse de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a prefeituras indicadas por líderes religiosos. A partir desse acordo, foram colhidas 171 assinaturas de deputados, foi indicado o período de funcionamento da CPI e encaminhado o requerimento de instauração ao órgão diretivo competente. À luz dessa narrativa, é correto afirmar que:

- a) O requerimento de instauração tem natureza de comunicação, de forma que a colheita de assinaturas é suficiente para a que a CPI seja instaurada.
- b) A instauração da CPI depende do juízo valorativo da Mesa Diretora, que irá avaliar a sua conveniência para o regular desenvolvimento das atividades da Casa Legislativa.
- c) A CPI não pode ser instaurada, já que o requerimento não possui o número mínimo de assinaturas e não indica fato certo e determinado a ser apurado.
- d) A instauração da CPI necessita de autorização da maioria absoluta dos membros da Casa Legislativa.
- e) A CPI deve ser instaurada, enquanto direito da minoria, o que não pode ser barrado pela vontade da maioria parlamentar ou de órgão diretivo da Casa Legislativa.

30. João, grande produtor de soja, influente politicamente, foi denunciado por diversos crimes contra a ordem econômica. Em sessão plenária, mais da metade dos membros do Tribunal de Justiça se declarou em condição de suspeição, por foro íntimo, para atuação no feito. Diante do caso narrado, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e consoante redação expressa da Constituição Federal, a competência para julgar João é

- a) do Superior Tribunal de Justiça
- b) do próprio Tribunal de Justiça, que deverá convocar desembargadores substitutos.
- c) do Tribunal Regional Federal da respectiva região.
- d) do Supremo Tribunal Federal.
- e) Juiz de Direito.

31. A Constituição do Rio de Janeiro admite a reeleição dos membros da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa para sucessivos mandatos. O Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI 6721/RJ, trouxe o seguinte entendimento:

- a) A norma da Constituição Federal que prescreve a eleição dos membros da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e do Senado Federal é de reprodução obrigatória por parte dos Estados-membros, de modo que é vedada a reeleição para o mesmo cargo na mesma legislatura.
- b) É inconstitucional a reeleição em número ilimitado, para mandatos consecutivos, dos membros das Mesas Diretoras das Assembleias Legislativas Estaduais para os mesmos cargos que ocupam, sendo-lhes permitida uma única recondução.
- c) Os Estados-membros têm autonomia para definição de mandatos e de reeleição dos membros da Mesa Diretora de Assembleia Legislativa.
- d) A reeleição dos membros da Mesa Diretora de Assembleia Legislativa é permitida. Entretanto, para os que ocupam a presidência do órgão há limitação de uma única recondução, em razão de fazerem parte da linha de substituição do Governador.
- e) É vedada a reeleição dos membros da Mesa Diretora de Assembleia Legislativa para terceiro mandato consecutivo, salvo se em legislaturas diferentes.

32. O Governador de Santa Catarina ajuizou arguição de descumprimento de preceito fundamental contra Súmula do Tribunal Superior do Trabalho que assegura ao trabalhador o recebimento de férias em dobro em caso de atraso no pagamento. Segundo o chefe do Executivo estadual, o enunciado da Súmula, de modo geral e abstrato, cria direito não previsto em lei, o que onera os cofres públicos. A respeito da situação narrada, aponte a assertiva correta, conforme redação da Lei 9882/1999 e de acordo com o posicionamento do Supremo Tribunal Federal.

- a) A Súmula do Tribunal Superior do Trabalho não poderia ser objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental, por não configurar ato do Poder Público, e sim mera sintetização do entendimento do Tribunal.
- b) Assim como o Governador de Santa Catarina, qualquer pessoa interessada poderia, por meio da ADPF, questionar a Súmula do Tribunal Superior do Trabalho ao Supremo Tribunal Federal.
- c) Como não há outro meio capaz de combater o enunciado da Súmula que anuncia preceito impositivo no âmbito da Justiça do Trabalho, atendido o pressuposto da subsidiariedade, cabível a arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- d) Conquanto caiba arguição de descumprimento de preceito fundamental para atacar enunciado de Súmula, não se verifica, na situação, nenhuma violação a preceito fundamental, uma vez que a própria constituição assegura o pagamento de férias em dobro ao trabalhador na hipótese de atraso.
- e) Diferente do que se aplica à ação direta de inconstitucionalidade, não se admite medida cautelar em arguição de descumprimento de preceito fundamental.

33. Lei de determinado estado da federação dispôs sobre a aceitação, no estado, de diplomas expedidos por Universidades estrangeiras. A respeito do tema, consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal e de acordo com o texto da Constituição Federal, aponte a alternativa correta.

- a) A lei estadual é formalmente inconstitucional, por invasão da competência privativa da União para fixar as diretrizes e bases da educação nacional.
- b) A lei estadual é constitucional, porque a competência para legislar sobre educação e ensino é concorrente.
- c) O estado Alfa só poderia exercer a competência suplementar sobre a matéria.
- d) A lei estadual é constitucional, mas a superveniência de lei federal sobre a matéria suspenderá a eficácia da lei estadual no ponto contrário.
- e) A lei estadual é constitucional, porque compete aos estados legislar sobre assunto de interesse regional.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

34. Considera-se inexigível a licitação, segundo dispõe expressamente a Lei 14.133/2021:

- a) contratação de serviços técnicos especializados, de natureza predominantemente intelectual, de publicidade, junto a empresa notoriamente especialista.
- b) locação de bem móvel.
- c) objetos que devam ser contratados por meio de pré-qualificação.
- d) no caso de guerra.
- e) contratação de serviços técnicos especializados, de natureza predominantemente intelectual, de aperfeiçoamento de pessoal junto a empresa notoriamente especialista no tema.

35. Considerando a jurisprudência mais recente do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que considera-se constitucional a delegação do poder de polícia:

- a) a quaisquer pessoas jurídicas de direito privado que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado.
- b) por meio de lei ou outros atos normativos de caráter geral, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública, que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado sob regime não concorrencial.
- c) por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes ou não da Administração Pública, que prestem serviço público de atuação própria do Estado ou explorem atividades econômicas em sentido estrito.
- d) por meio da Constituição, apenas, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública, que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado.
- e) por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública, que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado em regime não concorrencial.

36. Suponha que a entidade privada Beta organizou o concurso público para admissão pessoal da Assembleia Legislativa do Estado Alfa. Naquele certame, os exames foram cancelados por indícios de fraude, ocasionando danos materiais aos candidatos. Neste caso, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a matéria, é correto afirmar que:

- a) a Assembleia Legislativa detém responsabilidade primária sobre despesas com taxa de inscrição e deslocamento.
- b) a Assembleia Legislativa detém responsabilidade subsidiária sobre despesas com taxa de inscrição e deslocamento.
- c) a entidade privada Beta apenas responderá se comprovada a participação de seus agentes na fraude, mediante conluio.
- d) a entidade Beta não responde pelos danos materiais sofridos pelos candidatos em razão de a organização do certame correr sob riscos do órgão contratante.
- e) o Estado Alfa responderá subsidiariamente pelos danos materiais causados, no caso de a entidade privada Beta se tornar insolvente.

37. No que se refere à improbidade administrativa, com base na Lei 8.429/1992 e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

- a) As punições da Lei de Improbidade são aplicáveis somente aos agentes administrativos e aos terceiros que atuarem conjuntamente com aqueles.
- b) Após o decurso do prazo de oito anos contados da prática do ato, não haverá qualquer repercussão jurídica quanto à prática de ato de improbidade causador de dano ao erário.
- c) As sanções da Lei de Improbidade não se aplicarão à pessoa jurídica, caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- d) Somente o Ministério Público é legitimado para ajuizar a ação judicial por improbidade.
- e) A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade exige a presença de elemento subjetivo doloso na conduta do agente público, para o qual basta a voluntariedade do agente.

38. Analise as afirmativas abaixo:

- I – O controle externo, a cargo dos Tribunais de Contas, que será exercido com o auxílio do poder legislativo de cada ente.
 - II – Nas situações em que o Tribunal de Contas da União (TCU) julga as contas dos responsáveis por dinheiros públicos, está exercendo controle parlamentar indireto.
 - III – O controle realizado pelo Senado Federal quanto à escolha de autoridades pelo Presidente é classificado como controle legislativo, político e parlamentar direto. Sobre o controle legislativo da administração pública, está correto o que se afirma em:
- a) I e III, apenas.
 - b) III, apenas.
 - c) II, apenas.
 - d) I e II, apenas.
 - e) II e III, apenas.

39. Considerando que, no bojo de um processo administrativo conduzido no órgão federal Alfa, regido pela Lei 9.784/1999, determinado interessado tenha interposto recurso perante órgão incompetente. Nesta situação, é correto afirmar que o recurso:

- a) não será conhecido, devendo-se indicar ao recorrente a autoridade competente, sendo-lhe devolvido o prazo para recurso.
- b) será conhecido, caso veicule pretensão juridicamente válida, dado o princípio da instrumentalidade das formas.
- c) não será conhecido, devendo-se indicar ao recorrente a autoridade competente, não lhe sendo devolvido o prazo para recurso.
- d) não será conhecido, impedindo a Administração de rever de ofício o caso.
- e) não será conhecido, devendo a Administração encaminhar de ofício o recurso ao órgão competente.

- 40.** No que diz respeito aos atributos do ato administrativo, pode-se afirmar que:
- a) estão integralmente presentes em todo ato administrativo, de maneira equivalente aos seus elementos de validade.
 - b) a presunção de legitimidade postula que são considerados verdadeiros os fatos declarados para a prática do ato administrativo.
 - c) a presunção de veracidade informa que os atos são considerados legais e legítimos até que se prove o contrário.
 - d) a exigibilidade consiste na utilização de meios indiretos para a Administração alcançar o resultado pretendido com o ato, exigindo seu cumprimento por terceiros.
 - e) a tipicidade resulta na imposição dos efeitos do ato administrativo aos administrados.

REGIMENTO COMUM E REGIMENTO INTERNO

Luiz Claudio/Miguel Gerônimo

- 41.** No que se refere às sessões conjuntas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, assinale a afirmativa correta.
- a) Câmara e Senado podem realizar sessão conjunta para deliberar sobre propostas de emenda à Constituição e voto a projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional.
 - b) O Presidente do Senado deverá ouvir previamente a Mesa da Câmara dos Deputados sempre que for convocar as sessões conjuntas que tenham data legalmente fixada.
 - c) As sessões conjuntas devem ser realizadas no Plenário da Câmara dos Deputados, salvo as de caráter solene.
 - d) Em qualquer hipótese, faz-se necessária a presença mínima de um sexto da composição de cada Casa para abertura da sessão conjunta.
 - e) Por proposta das Mesas de ambas as Casas, Câmara e Senado poderão realizar sessão conjunta destinada a homenagear Chefe de Estado Estrangeiro e comemorativa de data nacional.

42. Câmara dos Deputados e Senado Federal, em sessão conjunta, deveriam deliberar sobre projetos de lei referentes a créditos adicionais à Lei Orçamentária Anual quando surgiu dúvida sobre a interpretação do Regimento Comum na sua prática exclusiva. Para solucionar o impasse, a presidência afirmou que procederia em conformidade com o Regimento Comum do Congresso Nacional. Julgue as afirmativas a seguir.

- I. Somente será concedida a palavra a Congressista para suscitar questão de ordem quando houver dúvida sobre a interpretação do Regimento Comum em sua prática exclusiva.
- II. O Congressista que pretender suscitar questão de ordem disporá do prazo de cinco minutos para apresentar suas considerações, devendo indicar o dispositivo regimental em que se baseia.
- III. Somente será admitido recurso contra decisão da Presidência em questão de ordem quando esta estiver relacionada com dispositivo constitucional.
- IV. Nenhum Congressista poderá renovar, na mesma sessão, questão de ordem que já tenha sido objeto de contradita e esteja pronta para ser resolvida pela Presidência.

Assinale:

- a) se as afirmativas I e II forem corretas.
- b) se as afirmativas II e III forem corretas.
- c) se as afirmativas I, II e III forem corretas.
- d) se as afirmativas I e IV forem corretas.
- e) se as afirmativas I, II e IV forem corretas.

43. O Glossário de Termos Legislativos (2018) contém o seguinte registro em relação ao termo Liderança: “Composição de líder e vice-líderes eleitos para condução das bancadas parlamentares, sejam elas partidárias, de blocos parlamentares, da Maioria ou da Minoria. A Liderança do Governo é indicada pelo Presidente da República”. Considerando o disposto no Regimento Comum do Congresso Nacional, é correto afirmar.

- a) São reconhecidas as lideranças das representações partidárias em cada Casa, constituídas na forma do Regimento Comum.
- b) O Presidente da República poderá indicar Congressista para exercer a função de Líder do governo, mas não poderá indicar Vice-Líderes.
- c) Os Líderes dos partidos que elegerem as duas maiores bancadas no Congresso Nacional e que expressarem, em relação ao governo, posição diversa da maioria, indicarão Congressistas para exercer a função de Líder da Minoria no Congresso Nacional.
- d) A escolha do Líder da Minoria no Congresso Nacional será bienal e se fará de forma alternada entre Senadores e Deputados Federais.
- e) O Líder da Minoria poderá indicar cinco Vice-Líderes dentre os integrantes das representações partidárias que integrem a Minoria no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

44. Analise as afirmativas a seguir quanto à apreciação de proposições em sessão conjunta e assinale a correta, em conformidade com que estabelece o Regimento Comum do Congresso Nacional.

- a) A apreciação das matérias será feita em um só turno de discussão e votação, salvo proposta de emenda à Constituição, que será apreciada em dois turnos.
- b) A discussão da proposição principal, das emendas e subemendas será feita separadamente.
- c) Na discussão, os oradores falarão na ordem de inscrição, pelo prazo máximo de cinco minutos, concedendo-se a palavra, de preferência, alternadamente, a Senadores e Deputados.
- d) Não será admitido requerimento de adiamento de discussão, podendo, entretanto, ser adiada a votação, no máximo por quarenta e oito horas.
- e) Salvo deliberação do Plenário, a discussão somente se encerrará após falar o último orador inscrito.

45. Considerando o disposto no Regimento Interno do Senado Federal, é incorreto afirmar.

- a) As proposições em curso no Senado são subordinadas, em sua apreciação, a um único turno de discussão e votação, salvo proposta de emenda à Constituição.
- b) A discussão da proposição principal e das emendas será em conjunto.
- c) A discussão não será interrompida, salvo para ser suspensa a sessão.
- d) A discussão poderá ser encerrada por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Senador, quando já houverem falado, pelo menos, três Senadores a favor e três contra.
- e) As proposições com pareceres favoráveis poderão ter a discussão dispensada por deliberação do Plenário, mediante requerimento de líder.

46. Há diversas regras regimentais aplicáveis à apreciação das proposições no Senado Federal. Em consonância com o Regimento Interno do Senado é correto afirmar.

- a) É de três dias úteis o interstício entre a publicação de avulsos eletrônicos dos pareceres das comissões e o início da discussão ou votação correspondente, inclusive no caso de proposta de emenda à Constituição.
- b) Sempre que for aprovado substitutivo integral a proposta de emenda à Constituição, projeto de lei, de decreto legislativo ou de resolução em turno único, será a matéria submetida a turno suplementar.
- c) No turno suplementar, por ocasião da discussão da matéria, não poderão ser oferecidas novas emendas ou substitutivo integral.
- d) A emenda da Câmara a projeto do Senado não é suscetível de modificação por meio de subemenda.
- e) A discussão e a votação das emendas da Câmara a projeto do Senado far-se-ão uma a uma, separadamente.

47. O Regimento Interno do Senado Federal prevê a possibilidade de acelerar a tramitação de determinadas matérias mediante a denominada urgência regimental. Sobre esse assunto, assinale a afirmativa correta.

- a) A matéria que envolva providência para atender a calamidade pública tramitará em regime de urgência e será apreciada na sessão imediata.
- b) Em regra, o requerimento de urgência será lido no Período do Expediente e imediatamente submetido à deliberação do Plenário.
- c) A urgência dispensa, durante toda a tramitação da matéria, interstícios, prazos, formalidades regimentais e pareceres das comissões, salvo quórum para deliberação e distribuição de cópias da proposição principal.
- d) Os pareceres sobre as proposições em regime de urgência devem ser apresentados somente quando a matéria for anunciada na Ordem do Dia.
- e) A matéria para a qual o Senado conceda urgência será submetida ao Plenário imediatamente após a concessão da urgência, caso se trate de matéria que envolva perigo para a segurança nacional ou providência para atender a calamidade pública.

48. Em relação à Mesa do Senado Federal e seus membros, é incorreto afirmar.

- a) A eleição dos membros da Mesa do Senado ocorrerá mediante escrutínio secreto e, em regra, haverá quatro escrutínios.
- b) Na constituição da Mesa é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos e blocos parlamentares que participam do Senado.
- c) Enquanto não eleito o novo Presidente, os trabalhos do Senado serão dirigidos pelo Senador mais idoso.
- d) Para os fins do cálculo de proporcionalidade, as bancadas partidárias são consideradas pelos seus quantitativos na primeira reunião preparatória que antecede a primeira e a terceira sessões legislativas ordinárias de cada legislatura.
- e) A eleição dos membros da Mesa será feita em escrutínio secreto, exigida maioria de votos, presente a maioria da composição do Senado.

49. O Regimento Interno do Senado Federal, em conformidade com as disposições da Constituição Federal, dispõe sobre os procedimentos próprios e especiais relativos à proposta de Emenda à Constituição. Quanto a esse procedimento, é correto afirmar que

- a) a proposta é discutida e votada em um turno de discussão e votação.
- b) a proposta é aprovada se obtiver, em dois dos turnos, 2/3 dos votos dos membros da Casa.
- c) não será objeto de deliberação proposta de emenda que modifique o voto direto, secreto, universal e periódico.
- d) não pode a Constituição ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de emergência.
- e) A proposta de emenda à Constituição será despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que terá prazo de até trinta dias, contado da data do despacho da Presidência, para emitir parecer.

50. A legitimidade na elaboração das normas jurídicas é assegurada pela observância das disposições regimentais, com base em princípios gerais do processo legislativo. Sobre esses importantes fundamentos e em consonância com Regimento Interno do Senado Federal, é incorreto afirmar que

- a) a participação plena e igualitária dos Senadores em todas as atividades legislativas, respeitados os limites regimentais, é princípio geral do processo legislativo;
- b) preservação dos direitos das minorias e das maiorias é princípio geral do processo legislativo;
- c) decisão colegiada, ressalvadas as competências específicas estabelecidas neste Regimento, é princípio geral do processo legislativo;
- d) possibilidade de ampla negociação política somente por meio de procedimentos regimentais previstos, é princípio geral do processo legislativo;
- e) além do princípio da proporcionalidade partidária, há a previsão no regramento interno do Senado Federal de outros princípios gerais do processo legislativo.

51. Na sua condição de representante das unidades da federação (estados e o Distrito Federal), o Senado Federal possui competências privativas, ações essas bem definidas na Constituição Federal e no Regimento Interno do Senado Federal. Sobre a escolha de autoridades, marque a alternativa que vai de encontro ao regramento interno do Senado.

- a) Na apreciação pelo Senado Federal, a mensagem, que será lida em plenário e encaminhada à comissão competente, deve estar acompanhada de amplos esclarecimentos sobre o candidato.
- b) No *curriculum vitae* do candidato deve constar as atividades profissionais exercidas pelo indicado, com a discriminação dos referidos períodos.
- c) No caso de escolha de Governador de Território, o indicado deve declarar quanto à existência de parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos.
- d) No caso de indicação para chefe de missão diplomática de caráter temporário, devem constar relatórios produzidos pelo Ministério das Relações Exteriores contendo informações sobre o Estado ou organização internacional para o qual o candidato foi indicado.
- e) No caso de Procurador-Geral da República, o indicado deve declarar quanto à sua regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

52. Sobre a composição da Mesa do Senado Federal e em conformidade com o Regimento Interno do Senado Federal, é incorreto afirmar:

- a) a Mesa se compõe de Presidente, dois Vice-Presidentes e de quatro Secretários;
- b) os Secretários substituir-se-ão conforme a numeração ordinal e, nesta ordem, substituirão o Presidente, na falta dos Vice-Presidentes;
- c) o Presidente pode convidar quaisquer Senadores para substituírem, em sessão, os Secretários, na ausência destes e dos Suplentes;
- d) em sessão, não se achando presentes o Presidente e seus substitutos legais, inclusive os Suplentes, assumirá a Presidência o Senador mais idoso, dentre o de maior quantidade de legislaturas;
- e) a assunção a cargo de Ministro de Estado, de Governador de Território e de Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital, ou de chefe de missão diplomática temporária, implica renúncia ao cargo que o Senador exerce na Mesa.

53. Relativamente às proposições previstas no Regimento Interno do Senado, escolha a afirmativa correta.

- a) Em regra, as proposições são subordinadas, em sua apreciação, a dois turnos de discussão e votação, incluindo a proposta de emenda à Constituição.
- b) Constitui proposição o parecer que seja discutido e votado pelo Plenário, quando não concluir pela apresentação de projeto, requerimento ou emenda.
- c) Os projetos comprehendem projeto de lei, projeto de decreto legislativo, projeto de resolução e proposta de emenda à Constituição.
- d) Projeto de código não requer tramitação especial.
- e) Os requerimentos devem necessariamente ser escritos, não havendo prescrição regimental para que possam ser orais.

54. Em termos gerais, comissão é um colegiado composto por Senadores destinado a analisar, estudar, discutir e votar matérias de interesse da sociedade e do Legislativo, sendo, segundo o Regimento Interno do Senado Federal, permanentes e temporárias.

A respeito da preliminar apresentada, analise as afirmativas a seguir, conforme as disposições do Regimento Interno do Senado Federal.

- I. Dentre as comissões permanentes do Senado Federal, pode-se citar a Comissão Senado do Futuro, a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Segurança Pública.
- II. As modalidades de comissões temporárias do Senado Federal são internas, externas e parlamentares de inquérito.
- III. Em regra, as comissões temporárias se extinguem pela conclusão da sua tarefa; pelo término do respectivo prazo de duração; pelo término da sessão legislativa ordinária; por deliberação do Plenário; ou por determinação dos membros da Mesa.

Assinale

- a) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- b) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- d) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- e) se nenhuma estiver correta.

55. As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) são aquelas de caráter investigatório, criadas para apuração de fato determinado, com poderes de investigação próprios de investigação das autoridades judiciais. Trata-se de um colegiado imprescindível para o levantamento de acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do País, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de criação da comissão. Sobre as CPIs, escolha a alternativa correta, em conformidade com o que dispõe o Regimento Interno do Senado Federal.

- a) A criação de comissão parlamentar de inquérito é viabilizada por meio de requerimento subscrito pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal.
- b) Além do levantamento das assinaturas necessárias à criação da CPI, no requerimento de criação da comissão parlamentar de inquérito constarão o fato a ser apurado, a quantidade de membros do colegiado, o prazo de duração dos trabalhos da comissão e o limite das despesas a serem realizadas.
- c) Um Senador pode integrar no máximo três comissões parlamentares de inquérito, não havendo impedimentos para que possa ser membro titular dos três colegiados.
- d) Não há previsão para a designação de membros suplentes de CPI.
- e) Por se tratar de um colegiado eminentemente político, não é observado o princípio da proporcionalidade partidária para a constituição das comissões parlamentares de inquérito.

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Gabriela Zavadinack

56. A Resolução nº 01/2006 do Congresso Nacional dispõe sobre a tramitação dos projetos de Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Créditos Adicionais. Especificamente sobre o projeto de lei de Créditos Adicionais, afirma-se corretamente que

- a) Cada parlamentar poderá apresentar até 5 emendas a crédito adicional.
- b) Os projetos somente serão apreciados pela CMO até o dia 10 de novembro de cada ano.
- c) As emendas não serão admitidas quando propuserem, em projetos de lei de crédito especial, a suplementação de dotações já existentes na lei orçamentária.
- d) Os projetos sobre os quais a CMO não emitir parecer no prazo delimitado na Resolução serão apreciados pelo Senado Federal.
- e) São admissíveis emendas que proponham, em projetos de lei de crédito suplementar, programação nova.

57. Um analista legislativo, lotado na unidade responsável por analisar a regularidade do trâmite dos projetos de Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), ao analisar o projeto de PPA, deparou-se com a seguinte irregularidade:

- a) Foram apresentadas 4 emendas pelas Comissões Permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.
- b) Foram apresentadas 8 emendas pelas Bancadas Estaduais do Congresso Nacional.
- c) Foi constituído um comitê para apoio ao Relator, com 7 integrantes por ele indicados.
- d) Cada parlamentar apresentou até 10 emendas ao projeto de PPA.
- e) Foi recebida proposta de modificação do projeto de PPA, enviada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, a qual foi apreciada até o início da votação do Relatório Preliminar na Comissão Mista de Orçamento.

58. Nos termos da Resolução nº 01/2006 do Congresso Nacional, uma das condições para se apresentar emenda de renúncia de receita ao projeto de LOA é:

- a) ter recebido, previamente ao exame da compatibilidade e da adequação orçamentária e financeira, parecer favorável de mérito, na Casa de origem, pelas Comissões Permanentes.
- b) indicar os recursos compensatórios necessários, admitidos apenas os provenientes de aumento de receita.
- c) indicar os recursos compensatórios necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa.
- d) haver, em contrapartida, uma emenda de apropriação.
- e) haver, em contrapartida, uma emenda de remanejamento.

59. Considere os seguintes itens:

- I. o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, salvo fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- II. o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- III. alterações na legislação tributária;
- IV. o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público;
- V. previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.

São documentos/informações relacionados à Lei Orçamentária Anual.

- a) I, II, IV e V.
- b) I, II, III e IV.
- c) I e IV.
- d) II, IV e V.
- e) II e IV.

60. Acerca das disposições gerais sobre as competências e atribuições dos relatores no âmbito da tramitação do Projeto de Lei Orçamentária Anual, é possível afirmar corretamente que:

- a) A apreciação da Reserva de Contingência e do texto da lei será de responsabilidade do Relator-Geral e, subsidiariamente, dos Relatores Setoriais.
- b) É prerrogativa do Relator-Geral propor a aprovação de emendas quando houver Parecer Setorial pela rejeição.
- c) O Relator-Geral poderá propor, em seu relatório, alterações no atendimento das emendas de Bancadas Estaduais, por solicitação de 3/5 dos Deputados e 3/5 dos Senadores da respectiva bancada.
- d) Os Relatores Setoriais utilizarão, para atendimento de emendas coletivas de apropriação, fontes de recursos a serem definidas quando da execução da LOA.
- e) Os Relatores Setoriais debaterão o projeto nas Comissões Permanentes, antes da apresentação de seus relatórios, observadas as áreas temáticas correspondentes, podendo ser convidados representantes da sociedade civil.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PROCESSO LEGISLATIVO

Emerson Bruno

61. De acordo com o Regimento Comum do Congresso Nacional, NÃO constitui hipótese de sessão conjunta do Congresso Nacional:

- a) elaborar ou reformar o Regimento Comum.
- b) discutir e votar o Orçamento.
- c) delegar ao Presidente da República poderes para legislar.
- d) dar posse ao Presidente e ao Vice-Presidente da República eleitos.
- e) aprovar emendas à Constituição Federal;

62. Conforme previsão do Regimento Comum do Congresso Nacional, a sessão conjunta terá a duração de:

- a) 3 (três) horas.
- b) 4 (quatro) horas.
- c) 2 (duas) horas.
- d) 5 (cinco) horas.
- e) 6 (seis) horas.

63. De acordo com a Lei do Processo Legislativo (LC 95/1998), a lei será estruturada em três partes básicas. São elas:

- a) parte inicial; parte intermediária; parte final.
- b) parte preliminar; parte normativa; parte final.
- c) parte introdutória; parte dispositiva; parte conclusiva.
- d) parte inicial; parte deliberativa; parte final.
- e) parte introdutória; parte dispositiva; parte complementar.

64. Conforme previsto na Lei do Processo Legislativo (LC 95/98), o termo ‘dispositivo’ mencionado na Lei NÃO se refere a:

- a) parágrafos;
- b) alíneas;
- c) itens;
- d) artigos;
- e) subemendas.

65. De acordo com a Lei 1.079/1950, NÃO constitui crime de responsabilidade que atenta contra o livre exercício dos poderes constitucionais.

- a) tentar dissolver o Congresso Nacional.
- b) usar de violência ou ameaça, para constranger juiz, ou jurado, a proferir ou deixar de proferir despacho, sentença ou voto, ou a fazer ou deixar de fazer ato do seu ofício.
- c) praticar contra os poderes estaduais ou municipais ato definido como crime neste artigo.
- d) permitir que força estrangeira transite pelo território do país ou nele permaneça com autorização do Congresso Nacional.
- e) opor-se diretamente e por fatos ao livre exercício do Poder Judiciário.

66. De acordo com a Lei dos Crimes de Responsabilidade (Lei 1.079/1950), são crimes de responsabilidade do Procurador Geral da República, EXCETO:

- a) ser patentemente desidioso no cumprimento de suas atribuições.
- b) emitir parecer, quando, por lei, seja suspeito na causa.
- c) recusar-se a prática de ato que lhe incumba.
- d) proceder de modo incompatível com a dignidade e o decôro do cargo.
- e) requisitar a instauração de inquérito policial contra o Presidente da República.

67. Sobre o Processo Legislativo na CF88, a Constituição da República arrola atos normativos primários que necessitam de processo legislativo para a sua elaboração. São atos normativos primários capazes de externar competências exclusivas do Congresso Nacional (art. 49):

- a) Leis Ordinárias..
- b) Leis Delegadas.
- c) Medidas Provisórias.
- d) Decretos-Legislativos.
- e) Leis Complementares.

68. Adamastor é Presidente da República. Insatisfeito com as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal deixa encaminhar uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) propondo a ampliação do número de ministros da corte para 17 (dezessete) membros, pois assim, poderá fazer mais indicações do que aquelas que o curso natural do seu mandato representaria. Ao ser consultada sobre a matéria pelo próprio presidente, a Advocacia-Geral da União se manifestou:

- a) favorável à PEC, pois ela guarda perfeita consonância com o texto constitucional.
- b) contrária à PEC, pois essa iniciativa só caberia ao Procurador-Geral da República.
- c) contrária à PEC, pois essa iniciativa só caberia ao próprio Supremo Tribunal Federal.
- d) favorável à PEC, pois as propostas de iniciativa do Presidente da República não estão sujeitas às limitações materiais ao poder de reforma da constituição.
- e) contrária à PEC, pois ela é inconstitucional, visto que tende a abolir ou a prejudicar a separação dos Poderes.

69. Conforme previsão do art. 62 da Constituição da República, NÃO é vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a:

- a) direito penal, processual penal e processual civil.
- b) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral.
- c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros.
- d) instituição ou majoração de impostos.
- e) matéria reservada à lei complementar.

70. De acordo com o processo legislativo previsto na Constituição da República a iniciativa popular.

- a) pode ser exercida pela apresentação ao Senado Federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- b) pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- c) pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, dois por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por quatro Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- d) pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado nacional.
- e) pode ser exercida pela apresentação ao Congresso Nacional de projeto de lei subscrito por, no mínimo, três décimos por cento do eleitorado nacional.

Gabarito

[**https://bit.ly/Simulado-Senado-Federal-Analista-29-10**](https://bit.ly/Simulado-Senado-Federal-Analista-29-10)

NÃO É ASSINANTE?

[**https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas**](https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas)

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

[**https://bit.ly/Sistemas-de-Questões**](https://bit.ly/Sistemas-de-Questões)